



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Escola Superior de Contas - ESCON

Conselheiro José Renato da Frota Uchôa

Curso Atos de Pessoal

De 08 a 10/09

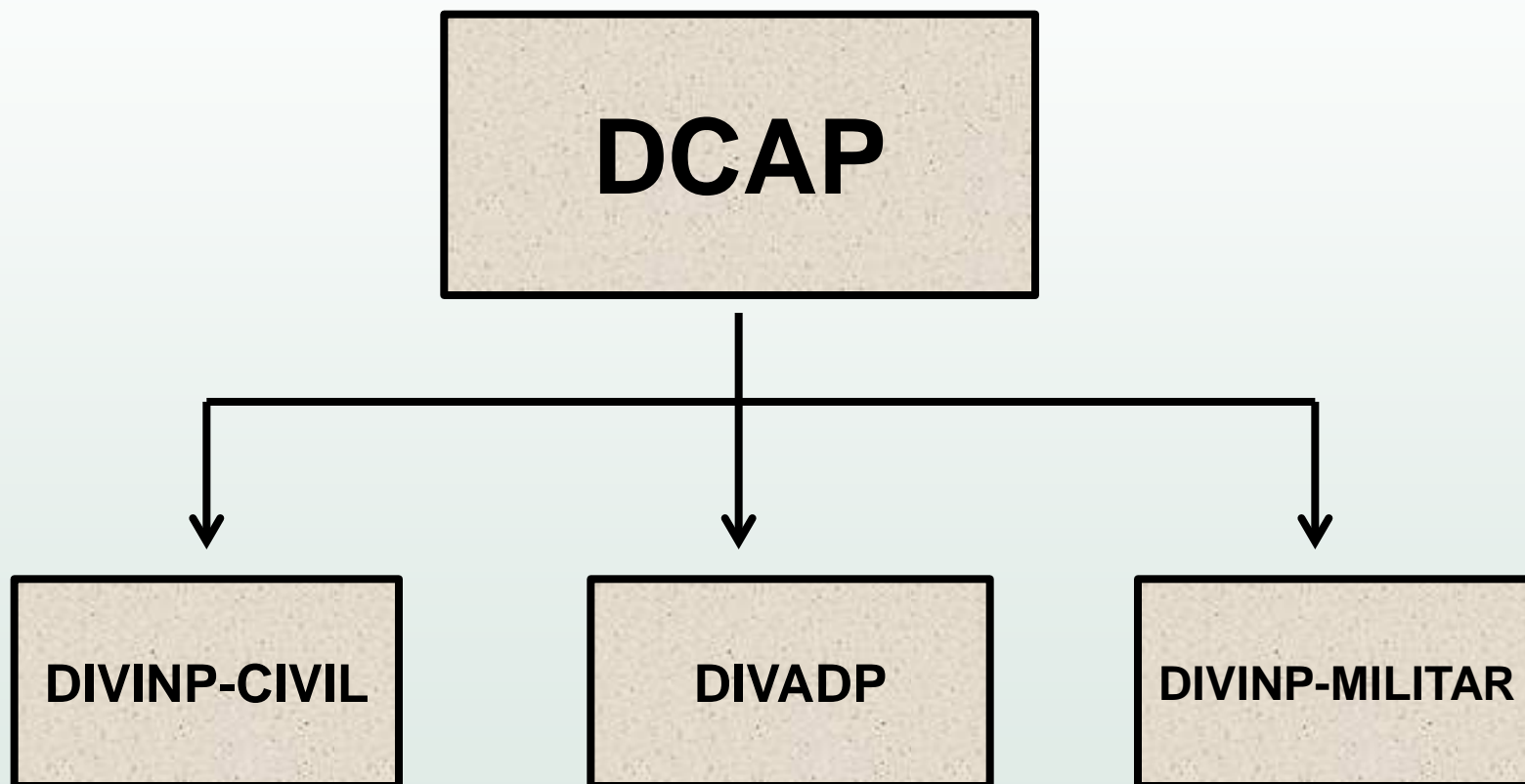
APOSENTADORIA

Apresentação:

Maria Gleidivana Alves de Albuquerque

**Auditora de Controle Externo e Chefe da Divisão de Inativos e
Pensionistas - Civil**

ESTRUTURA DA DIRETORIA DE CONTROLE DE ATOS DE PESSOAL





COMPETÊNCIA

Constituição Federal:

Art. 71: O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de **aposentadorias**, reforma e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.



COMPETÊNCIA

Constituição Estadual (Rondônia):

Art. 49: O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade:

b) das concessões de **aposentadorias**, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório.



COMPETÊNCIA

Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – LC nº 154 de 26/07/96:

Art. 1º: Ao Tribunal de Contas do Estado, órgão de controle externo, compete, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta Lei Complementar:



COMPETÊNCIA

V – apreciar, para fins de registro na forma estabelecida no Regimento Interno, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, pelos poderes estaduais e municipais, bem como a das concessões de **aposentadoria**, reserva remunerada, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.



COMPETÊNCIA

Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – Resolução Administrativa nº 005/TCERO-96:

Art. 54: O Tribunal apreciará, para fins de registro ou exame, os atos de:

II – **concessão de aposentadoria**, reserva remunerada, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório inicial.

COMPETÊNCIA

A função do tribunal não se reduz ao simples registro do ato concessivo, entendido como sua singela inscrição em livro próprio ou equivalente. A verdadeira incumbência do tribunal é *apreciar a legalidade* do ato de concessão de aposentadoria e de pensão, isto é, verificar se o mesmo foi praticado em conformidade com a legislação aplicável, se é correto o fundamento legal que o ensejou ou se foi cometida alguma irregularidade que o macule. Essa é a finalidade precípua da atividade cometida ao tribunal, tanto que a própria Constituição exclui de sua competência aquilo que denomina de "melhorias posteriores que *não alterem o fundamento legal*" do ato.



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

Dispõe sobre a alteração da Instrução Normativa n. 13/TCER-2004, para fim de adoção de exame sumário relativo a processos de aposentadoria, reforma e pensão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e do disposto nos artigos 121, I, “p”, 175 e 187, XXII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas;



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar esforços dos órgãos de fiscalização e controle, com vistas a conferir maior efetividade às suas ações;

CONSIDERANDO a necessidade de implementar forma seletiva de fiscalização e controle, segundo os critérios de risco, materialidade e relevância; e

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII) e da eficiência administrativa (art. 37, “caput”), que implicam na necessidade de tornar mais céleres, efetivos e seguros os procedimentos relacionados às atribuições fiscalizatórias do Tribunal de Contas,



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

RESOLVE:

Art. 1º. O artigo 37-A da Instrução Normativa n. 13/TCER-2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37-A. No exame de processos relativos a atos de aposentadoria, reforma e pensão, adotar-se-á o exame sumário quando verificados os seguintes requisitos:



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

I – o valor dos proventos, soldos ou benefícios for igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos vigentes na data do ato; e

II – o órgão de controle interno da unidade de origem se pronunciar pela legalidade do ato.





INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

§ 3º Após a instrução do processo, a Secretaria-Geral de Controle Externo, concluindo pela legalidade do ato, submeterá o feito ao Relator que, proporá decisão sobre a legalidade e registro do ato, mediante relação, nos termos do artigo 172 do RITCRO, ao respectivo colegiado, ouvido o Ministério Público de Contas. (AC)



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40/2014/TCE-RO

Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação. (DOE nº 631 em 17/03/2014).

Porto Velho, 7 de fevereiro de 2014.

**JOSÉ EULER POTYGUARA PEREIRA DE
MELLO**

Conselheiro Presidente



DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

Art. 26 da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004:

- I – requerimento do servidor, no caso de aposentadoria voluntária;
 - II – cópia do documento de identidade e cadastro de pessoa física (C.P.F.);
 - III – certidão de tempo de serviço, elaborada conforme anexo TC-31, onde havendo tempo de serviço prestado a órgãos públicos e empresas privadas, deverão acompanhar as respectivas certidões;
(Portaria MPS nº 154/08 – Disciplina procedimentos sobre a emissão de CTC pelos regimes próprios de previdência social).
 - IV – cópia do ato de concessão da aposentadoria, contendo o nome do servidor, cargo, classe e referência, carga horária, regime jurídico e a fundamentação legal;
 - V – cópia da publicação do ato de aposentadoria;
- Publicação somente em mural



DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

- VI – planilha de proventos, elaborada conforme formulário (anexo TC – 32);
- VII – cópia do contracheque do último mês na ativa ou ficha financeira;
- VIII – declaração de não acumulação remunerada de cargos, empregos, funções públicas e proventos ou de acumulação legal, assinada pelo servidor;
- IX – cópia da ficha funcional;
- X – laudo expedido por junta médica credenciada, no caso de aposentadoria por invalidez, onde conste a natureza da moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, ou que a invalidez foi motivada por moléstia profissional ou por acidente em serviço, conforme o caso, e, se necessário, a curatela;



DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

Junta Médica Oficial

Deve ser formada por dois ou mais médicos, geralmente três, investidos em função pericial, mediante designação formal. A junta médica oficial poderá ser designada pela autoridade administrativa do órgão a que estiver vinculada a pessoa a ser periciada.

➤ http://www.portalmedico.org.br/biblioteca_virtual/des_etica/24.htm

Deve ser composta, preferencialmente, por médicos especialistas. (MPC).



DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

PROCESSO-CONSULTA CFM Nº 6.893/2000 PC/CFM/Nº 34/2002

INTERESSADO: Sr. E.P.S.

ASSUNTO: Composição de junta médica

RELATORA: Cons. Eliane de Souza

EMENTA: Junta médica pode ser composta por 2 (dois) ou mais médicos, independente da especialidade.

Por junta médica, "lato sensu", entende-se dois ou mais médicos encarregados de avaliar condições de saúde, diagnóstico, prognóstico, terapêutica, etc, que pode ser solicitada pelo paciente ou familiares, ou mesmo proposta pelo médico assistente. Quando com finalidade específica, administrativa, tem a missão de avaliar condições laborativas ou não e, assim, fundamentar decisões de admissão, retorno ao trabalho, afastamento para tratamento ou aposentadoria. Nestes casos sua composição será definida em lei, decreto, regulamento, resolução ou orientação normativa.

➤ <http://www.periciamedicadf.com.br/comuns/juntamedical1.php>



DOCUMENTOS QUE DEVEM SER REMETIDOS AO TCE/RO

- O laudo também deveria mencionar se a doença é equiparada a alguma das que constam no rol. TCE/RO (rol exemplificativo).
- Vide Decisão Pleno - STF

XI – certidão consignando a forma de admissão do servidor, contendo a data da realização do concurso, nomeação e posse, assinada pelo responsável do setor competente;

XII – comprovante de tempo de cinco (5) anos no cargo em que se dará a aposentadoria.

Art. 50 da Instrução Normativa nº 13/TCER-2004: As cópias dos documentos mencionados nos artigos 26, 27, 28, 29 e 30 deverão, obrigatoriamente, ser autenticadas pelo responsável mediante cotejo com os originais, se não houver sido anteriormente feito por Tabelião, nos termos do Decreto Federal nº 89.936, de 06.09.79.

FALHAS FREQUENTES

1 – Ausência da documentação exigida pela IN nº 13/TCER-2004:

Tal procedimento da Administração, consistente em **não enviar todos os documentos previstos no art. 26 da IN nº 13/TCER-2004**, tem contribuído para **diminuir a celeridade na apreciação dos processos**, obrigando o Corpo Técnico a realizar diligências para complementação da documentação não enviada, causando prejuízo ao andamento do processo.

A DCAP tem alertando os Relatores sobre essa situação, bem como sugerido que seja alertado o Jurisdicionado que a **reincidência na remessa de processos incompletos** ensejará a aplicação do **parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 37/TCER-2006**.



FALHAS FREQUENTES

2 – Ausência de Parecer do Controle Interno, em desatenção ao que preceitua o art. 55 do Regimento Interno desta Corte de Contas (Resolução Administrativa nº 005/TCER-96);

Art. 55 RI: Para o exercício da competência atribuída ao Tribunal, nos termos do inciso III do art. 49 da Constituição Estadual, e art. 37 e incisos da Lei Complementar nº 154/96, a autoridade administrativa responsável por ato de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadoria, reserva remunerada, reforma ou pensão, a que se refere o artigo anterior, submeterá os dados e informações necessários ao respectivo órgão de Controle Interno, ao qual caberá, na forma estabelecida em instrução normativa, emitir parecer sobre a legalidade dos referidos atos e remetê-los a apreciação do Tribunal.



FALHAS FREQUENTES

3 – Fundamentação legal:

- equívoco quanto a citação dos artigos da legislação infraconstitucional;
- equívoco na citação do texto constitucional (omissão da emenda constitucional pertinente ou citação da emenda errada).



FALHAS FREQUENTES

4 – Proventos:

- ausência da média – benefícios cujos requisitos foram implementados após 19/02/04.

Esclarece-se que as regras do §3º, do art. 40, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 20/98, apesar de terem sido modificadas pela EC nº 41/03, mantiveram-se vigentes até **19/02/04**, vez que tais alterações não produziram efeitos imediatos, haja vista que careciam de regulamentação, a qual só veio à tona com a edição da **Medida Provisória nº 167, de 19/02/04, que, a posteriori, foi convertida na Lei Federal nº 10.887, de 18/06/04**. Desta feita, na data de **19/02/04**, ocorreu à edição da MP nº 167/04 que regulamentou o § 3º, do art.40, da CF 88, redação dada pela EC nº 41/03.



FALHAS FREQUENTES

- Proventos: integralidade/média ou integralidade/última remuneração e proporcionalidade/média ou proporcionalidade/última remuneração.

➤ Art. 1º, § 5º da Lei 10.887/04: Os proventos, calculados de acordo com o *caput* deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

- falta de memorial de cálculos (deve ser demonstrado através de memorial de cálculo como se obteve o valor da média).



FALHAS FREQUENTES

5 – Aposentadoria por invalidez:

Ausência de laudo médico confeccionado por junta médica credenciada, onde conste a natureza da moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, ou que a invalidez foi motivada por moléstia profissional ou por acidente em serviço.

6 – Aposentadoria proporcional:

Com base no que dispõe o § 2º do art. 53 da Orientação Normativa MPS/SPS nº 03, de 13.08.04 (DOU de 17/08/04), os períodos de tempo utilizados no cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição serão considerados em número de dias.



FALHAS FREQUENTES

Assim, leva-se em consideração o número total de dias laborados pelo interessado (até 19/02/04, último dia anterior ao cálculo da média) ou até a data que o interessado efetivamente trabalhou – publicação do ato), dividindo-se por 10.950 (30 anos - Mulher) ou 12.775 (35 anos – Homem).

Vale dizer que a fórmula ditada no § 2º do art. 53 da **Orientação Normativa MPS/SPS nº 03 de 13/08/04**, para o cálculo de aposentadorias proporcionais é mais justa do que a simples proporcionalidade, visto que do contrário, contando-se tão somente os anos completos, exemplo (20/30), seria desprezada parcela significativa de tempo laborado pelo interessado (**meses/dias**).



DIREITO À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA MAIS VANTAJOSA

Orientação Normativa nº 02, de 31.03.2009

➤ Art. 77: Na ocorrência das hipóteses previstas para a concessão de aposentadoria compulsória ou por invalidez a segurado que tenha cumprido os requisitos legais para a concessão de aposentadoria voluntária em qualquer regra, o RPPS deverá facultar que, antes da concessão da aposentadoria de ofício, o servidor, ou seu representante legal, opte pela aposentadoria de acordo com a regra mais vantajosa.



DIREITO À CONCESSÃO DA APOSENTADORIA MAIS VANTAJOSA

Parecer nº 008/2014-GPETV (13.01.2014).

Decisão nº 243/2014 – 2ª CÂMARA/TCE (25.06.14).

Entendimento do STF.

Vide apostila.



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

1. Aposentadoria por Invalidez:

É aquela, decorrente do infortúnio causado ao servidor que o impeça permanentemente de exercer sua atividade funcional. Necessita de acompanhamento médico pericial para endossar a concessão do benefício. (Art. 40, I da CF/88).

Art. 40 da CF/88 [...].

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)

O TCE/RO entende que o momento a ser considerado é aquele em que a doença da qual resultou a invalidez se manifesta.



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

A EC nº 70/2012 acrescentou o artigo 6º-A a Emenda Constitucional nº 41/03, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que tenham ingressado no serviço público **até 31/12/03**, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41/03.



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

Art. 6º-A: servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

Parágrafo único - Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no *caput* o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.

Art. 2º: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como as respectivas autarquias e fundações, procederão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, à revisão das aposentadorias, e das pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004, com base na redação dada ao [§ 1º do art. 40 da Constituição Federal](#) pela [Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998](#), com efeitos financeiros a partir da data de promulgação desta Emenda Constitucional.



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

Cálculo dos Proventos:

- Servidores que tenham ingressado no serviço público até 31/12/03 têm direito a proventos (integrais ou proporcionais) calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, com paridade e extensão de vantagens.
 - Servidores que tenham ingressado no serviço público após 31/12/03 têm direito a proventos (integrais ou proporcionais) calculados pela média, sem paridade e extensão de vantagens.
- Há necessidade de retificar o ato pretérito para incluir a EC nº 70/12?



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

2. Aposentadoria Compulsória:

É aquela que, uma vez implementada a idade, o servidor é compelido a afastar-se do serviço, passando à inatividade. No regime próprio ocorrerá aos 70 anos de idade, tanto para homem quanto para a mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição (Art. 40, II da CF/88).

Art. 40 da CF/88 [...].

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

Cálculo dos Proventos

- Requisito cumprido até **19/02/04**: **proventos proporcionais, calculados com base na última remuneração com paridade e extensão de vantagens.**
- Requisito cumprido após **19/02/04**: **proventos proporcionais, calculados com base na média aritmética (Lei nº 10.887/04), sem paridade e extensão de vantagens.**



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

3. Aposentadoria Voluntária:

É aquela que observados todos os requisitos legais, confere a seu titular a opção de requerê-la. Nesse caso, os servidores, mesmo tendo cumprido as exigências, podem continuar em atividade, não sendo obrigados a pedir a aposentadoria.

Art. 40 da C/88: Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\).](#)



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

§ 1º: Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#).

[...].

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98\)](#).

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98\)](#).

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98\)](#).



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

Cálculo dos Proventos

- Redação original, vigência da EC nº 20/98 e vigência da EC nº 41/03 (observado o limite temporal de 19/02/2004): proventos integrais ou proporcionais, calculados com base na última remuneração, com paridade e extensão de vantagens.
- Vigência da EC nº 41/03: proventos integrais ou proporcionais, calculados com base na média aritmética, sem paridade e extensão de vantagens.



ESPÉCIES DE APOSENTADORIA

4. Aposentadoria Especial de Professor:

O professor tem direito à aposentadoria voluntária com critérios diferenciados a título de incentivo à docência.

Art. 40 da CF/88 [...].

§ 5º: Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente **tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98).



APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR

A norma acima citada menciona acerca do **efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.**

Além disso, cabe mencionar que em 10/05/06, foi editada a Lei Federal nº 11.301, que acrescentou o § 2º, ao art. 67, da Lei 9.394/96 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional) prevendo que para efeitos do disposto no § 5º, do art. 40 e no § 8º, do art. 201, da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação, no desempenho de atividades educativas, incluídas, além do exercício da docência, as de **direção de unidade escolar, e as de coordenação e assessoramento pedagógico.**



APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR

Em relação a esse dispositivo legal, a Procuradoria Geral da República impetrou **Ação Direta de Inconstitucionalidade**, em face do referido preceito em 10/08/06, sob o nº **3772-2**, com pedido de liminar para suspender a eficácia do referido preceito.

Desta forma, em 29/10/08 foi prolatado o Acórdão da referida ADIN, cujo teor transcreve-se abaixo:





APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR

ACÓRDÃO

[...].

Vistos, relatados e discutidos estes autos acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente), na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, **por maioria julgar parcialmente procedente a ação, com interpretação conforme para excluir a aposentadoria especial apenas aos especialistas em educação, nos termos do voto do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, contra os**



APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR

votos dos Senhores Ministros Carlos Britto (Relator), Carmem Lúcia e Joaquim Barbosa, que julgavam procedente a ação, e da Senhora Ministra Ellen Gracie, que a julgava de todo improcedente. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Ausentes, justificadamente, porque em representação do Tribunal no exterior, o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente) e, neste julgamento, o Senhor Ministro Menezes Direito. (grifamos)



APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR

Neste diapasão, o § 2º, do art. 67, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 deve ter interpretação conforme a **Constituição**. Assim, para efeitos do disposto no § 5º, do art. 40, e, no § 8º, do art. 201, da Constituição Federal, **são consideradas funções de magistério as exercidas por PROFESSORES no desempenho de atividades educativas, desde que exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico.**

➤ Súmula 726 STF: Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora de sala de aula.



APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR

- **Monitor:** Conhecido como “professor leigo”.
- Atividade equivalente a de Professor, conforme Processo nº 2970/08, que culminou com a Decisão nº 317/12 – 2ª Câmara (Decisão unânime).

- **Consulta formulada ao TCU (DC-0142-06/02-P VC)**

Ementa

Consulta formulada por Comissão Parlamentar da Câmara dos Deputados. Esclarecimento quanto à interpretação da Lei nº 6.550/78 e do Decreto nº 84.409/80, que a regulamentou, no que concerne à definição da **função de monitor de ensino, visando o cômputo do tempo do serviço para fins de aposentadoria especial de professor**. Conhecimento. Resposta aos consulentes.



APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR

12. Não há que se confundir, entretanto, aluno monitor com monitor de ensino. **Trata-se este de profissional, geralmente conhecido como 'professor leigo', detentor de razoáveis conhecimentos técnicos, que a União, em outras épocas, contratou para efetivamente exercer a atividade de ensino em sala de aula,** mediante autorização precária para lecionar, especialmente nas localidades onde não existiam professores legalmente habilitados. Ou seja, não se trata de aluno bolsista, mas de funcionário celetista contratado com o fim específico de lecionar, suprimindo assim uma carência de professores legalmente habilitados.



APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSOR

Cálculo dos Proventos

- Vigência da EC nº 20/98 e vigência da EC nº 41/03 (observado o limite temporal de 19/02/2004): proventos integrais, calculados com base na última remuneração, com paridade e extensão de vantagens.
- Vigência da EC nº 41/03 (após 19/02/04): proventos integrais, calculados com base na média aritmética, sem paridade e extensão de vantagens.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

A promulgação das reformas constitucionais alteraram as regras de aposentadoria e disciplinaram os direitos de transição entre a nova ordem e a ordem alterada. São fundamentadas na segurança jurídica, no direito adquirido e na expectativa de direitos.





REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 3º da EC nº 20/98

Art. 3º: É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º: O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

§ 2º: Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no *caput*, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 3º: São mantidos todos os direitos e garantias assegurados nas disposições constitucionais vigentes à data de publicação desta Emenda aos servidores e militares, inativos e pensionistas, aos anistiados e aos ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

Cálculo dos Proventos

Proventos calculados com base na integralidade e com paridade para os servidores que tenham completado os requisitos para qualquer modalidade de aposentadoria, antes do advento da EC nº 20/98, de 16/12/98.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 3º da EC nº 41/03

Art. 3º: É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º: O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 2º: Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

Cálculo dos proventos

Proventos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação da EC nº 41/03 (31/12/03), calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 8 da EC nº 20/98

Art. 8º: Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

§ 1º: O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o "caput", acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º: Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º: Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

§ 4º: O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no "caput", terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício das funções de magistério.

§ 5º: O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no "caput", permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

Cálculo dos Proventos

- Proventos calculados de acordo com a totalidade da remuneração, no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, com paridade e extensão de vantagens (art. 8º, incisos I, II, III, “a”, “b” da EC nº 20/98).
- Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter (30 anos – h e 25 anos m), acrescido de 5% por ano de contribuição que supere a soma (30 anos – h e 25 anos m), até o limite de 100% (art. 8º, §1º, I, “a”, “b” e II da EC nº 20/98).

REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 2º da EC nº 41/03

Art. 2º: Observado o disposto no [art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998](#), é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o [art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal](#), àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea *a* deste inciso.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

§ 1º: O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo [art. 40, § 1º, III, a,](#) e [§ 5º da Constituição Federal](#), na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º: Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

§ 3º: Na aplicação do disposto no § 2º deste artigo, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a data de publicação da [Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998](#), contado com acréscimo de dezessete por cento, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º: O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data de publicação da [Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998](#), tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *caput*, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

§ 5º: O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no *caput*, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no [art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal](#).

§ 6º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no [art. 40, § 8º, da Constituição Federal](#).



REGRAS DE TRANSIÇÃO

Cálculo dos Proventos

Proventos calculados pela média, sem paridade e extensão de vantagens e com aplicação de redutor.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 6º da EC nº 41/03

Art. 6º: Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo [art. 40 da Constituição Federal](#) ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no [§ 5º do art. 40 da Constituição Federal](#), vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:



REGRAS DE TRANSIÇÃO

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

Cálculo dos Proventos

Totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, com paridade e extensão de vantagens.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

Art. 3º da EC nº 47/05

Art. 3º: Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo [art. 40 da Constituição Federal](#) ou pelas regras estabelecidas pelos [arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#), o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do [art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal](#), de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no [art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003](#), observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.



REGRAS DE TRANSIÇÃO

Cálculo dos Proventos

Proventos calculados com base na última remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, com paridade e extensão de vantagens.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Escola Superior de Contas - ESCON

Conselheiro José Renato da Frota Uchôa

Curso Atos de Pessoal

De 08 a 10/09

CÁLCULOS PRÁTICOS
(ART. 8 DA EC Nº 20/98 E ART. 2 DA EC Nº 41/03)
APOSTILA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Escola Superior de Contas - ESCON

Conselheiro José Renato da Frota Uchôa

Curso Atos de Pessoal

De 08 a 10/09

FIM

Maria Gleidivana Alves de Albuquerque

(69) 3223-2821

maria.gleidivana@tce.ro.gov.br